

# EFEITOS DE SENTIDO EM CHARGES: UM ESTUDO SOBRE O POLITICAMENTE CORRETO

EFFECTOS DE SENTIDO EN CARICATURAS: UN ESTUDIO SOBRE LO POLÍTICAMENTE  
CORRECTO

EFFECTS OF MEANING IN CARTOONS: A STUDY OF THE POLITICALLY CORRECT

Reinaldo César Zanardi\*

Rosemeri P. Baltazar Machado\*\*

Universidade Estadual de Londrina

RESUMO: O comportamento politicamente correto surgiu nos Estados Unidos, como fruto do movimento de defesa dos direitos civis, potencializado pelo preconceito racial na sociedade norte-americana. No Brasil, esse comportamento conquistou adeptos, principalmente, a partir dos anos 1990. O movimento chegou à linguagem, propondo a mudança de unidades lexicais, substituindo palavras com carga semântica pejorativa por outras consideradas neutras ou positivas. Nesse sentido, o objetivo deste trabalho é discutir o politicamente correto a partir do discurso, tendo como suporte teórico a análise de discurso de origem francesa (Pêcheux e Maingueneau). O *corpus* consiste em quatro charges de diferentes artistas. Como resultado, pode-se afirmar que o discurso politicamente correto, seja no comportamento seja na linguagem, está ligado intrinsecamente à formação ideológica e constituição do sujeito, possibilitando efeitos de sentido diversos. O traço constitutivo predominante no *corpus* analisado é o político, a partir de uma atitude individual e/ou coletiva, com efeitos de sentidos variados.

PALAVRAS-CHAVE: Linguagem politicamente correta. Análise do discurso. Charge. Ideologia. Efeitos de sentido.

RESUMEN: La conducta políticamente correcta ha surgido en los Estados Unidos a raíz del movimiento de defensa de los derechos civiles, impulsado por el prejuicio racial en la sociedad estadounidense. En Brasil, dicha conducta ha conquistado adeptos, mayormente a partir de 1990. El movimiento ha alcanzado el lenguaje, proponiendo un cambio en las unidades lexicales,

---

\* Doutorando do Programa de Pós-Graduação em Estudos da Linguagem (PPGEL), da Universidade Estadual de Londrina (UEL). Bolsista Capes. Professor Colaborador do Curso de Jornalismo da UEL. E-mail: rczanardi@gmail.com.

\*\* Professora do Departamento de Letras Vernáculas e Clássicas e do Programa de Pós-Graduação em Estudos da Linguagem (PPGEL), da Universidade Estadual de Londrina (UEL). E-mail: rosemeri@sercomtel.com.br.

remplazando palabras con carga semántica peyorativa por otras consideradas neutras o positivas. En este sentido, el objeto de este trabajo es discutir lo “políticamente correcto” a partir del discurso, teniendo al análisis del discurso de origen francesa como soporte teórico (Pêcheux e Maingueneau). El corpus consiste en cuatro caricaturas de distintos artistas. Como resultado se puede afirmar que el discurso políticamente correcto, ya sea en la conducta o en el lenguaje, está intrínsecamente vinculado a la formación ideológica y la constitución del sujeto, posibilitando efectos de sentidos diferentes. El trazo constitutivo que predomina en el *corpus* analizado es el político, a partir de una postura individual y/o colectiva, con efectos de sentidos variados.

**PALABRAS CLAVE:** Lenguaje políticamente correcto. Análisis del discurso. Caricatura. Ideología. Efectos de sentido.

**ABSTRACT:** The politically correct behavior appeared in the United States as a result of the civil rights movement enhanced by the racial prejudice within the North American society. In Brazil, this behavior won followers, mainly from the 1990s on. The movement reached language leading to changes of lexical units, and replacing words with pejorative semantic meaning by others considered neutral or positive. To that extent, the aim of this work is to discuss the politically correct concept from a discursive standpoint. The theoretical support is the discourse analysis of French origin (Pêcheux and Maingueneau). The corpus consists of four cartoons from different artists. As a result, it may be claimed the politically correct discourse, be it in behavior or language, is intrinsically linked to the ideological formation and constitution of the subject, thus enabling outcomes of different meanings. The main constitutive trait in the analyzed corpus is political, deriving from an individual and/or collective attitude.

**KEYWORDS:** Politically correct language. Discourse analysis. Cartoons. Ideology. Effects of meaning.

## 1 INTRODUÇÃO

A linguagem, que passou por várias concepções a partir dos estudos da Linguística, encontra no dialogismo – enquanto instrumento de interação entre indivíduos – uma característica fundamental para a sua produção. Pode-se dizer que a troca e a interação são a base desse processo que invoca diversas estruturas, umas que convergem e outras que divergem entre si.

Das estruturas presentes na linguagem, a que interessa a este trabalho é o discurso, enquanto o lugar onde se relacionam: língua e ideologia; formação discursiva e formação ideológica; sujeito e história. A relação desses elementos – a partir da opacidade da linguagem – permite apreender efeitos de sentidos gerados pela interpretação dos traços constitutivos do discurso.

É a partir da exterioridade do texto que o discurso faz sentido, buscando elementos na história, no social e nas condições de produção. Para compreender o discurso, é necessário buscar aspectos além do concreto, do palpável, ou seja, além do texto – seja este escrito, oral ou imagético. O discurso é estabelecido a partir de uma teia de relações com discursos anteriores; todo dizer é baseado num já dito e, ao mesmo tempo, aponta para outro dizer, para outro discurso; entretanto, o sujeito não tem consciência desse mecanismo. O sujeito acredita ser o único produtor de seu discurso: que tal dizer, além de seu, é novo. Isso ocorre devido ao processo inconsciente. Significa dizer que esse sujeito se esquece de outros discursos (anteriores ou mesmo, posteriores) e os formula (paráfrases) acreditando serem únicos e originais.

É no entorno do texto, no qual orbita a relação entre sujeito e ideologia, que se manifesta o discurso. A sua materialidade é percebida para além da palavra física, semanticamente significada. O discurso não opera como mensagens pretendidas (ou seja, a partir de intenções). Ele atua por efeitos de sentidos produzidos, captados e/ou interpretados, dentro de limites, naturalmente, impostos.

Esses efeitos são criados a partir dos posicionamentos ideológicos que levam em consideração o processo histórico e social no momento em que a palavra é produzida. Um texto de décadas atrás tem um sentido e, nos dias atuais, pode suscitar outros de forma a significar, ressignificar ou simplesmente ampliar outro sentido. As condições de produção são, assim, históricas e atuais. Históricas quando se leva em consideração a data da produção do enunciado; atuais – quando se considera a leitura do enunciado tempos depois da sua produção. No entanto, é necessário ressaltar que as condições de produção não são de ordem histórico-cronológica, mas da ordem da historicidade, relacionada à memória discursiva. Por historicidade, compreende-se um conjunto de fatos,

acontecimentos e outros fatores que ajudam a constituir a história, que condiciona o papel a ser desempenhado individual ou coletivamente.

Esse contexto pode ser compreendido e contextualizado a partir da formação discursiva (FD), conceito sistematizado pelo filósofo e historiador Michel Foucault. Para ele, a FD é fundamental para estabelecer a posição que cada indivíduo assume e, assim, tornar-se o sujeito dessa posição. De acordo com Foucault (1996, p. 8-9),

[...] a produção do discurso é ao mesmo tempo controlada, selecionada, organizada e redistribuída por certo número de procedimentos que têm por função conjurar seus poderes e perigos, dominar seu acontecimento aleatório, esquivar sua pesada e temível materialidade. [...] sabe-se bem que não se tem o direito de dizer tudo, que não se pode falar de tudo em qualquer circunstância, que qualquer um, enfim, não pode falar de qualquer coisa.

Uma FD possibilita entender a produção dos sentidos a partir da sua relação com o ideológico que também ocorre a partir de um processo, a chamada formação ideológica (FI), termo cunhado por Michel Pêcheux, que associou, originalmente, o conceito de formação ideológica aos aparelhos ideológicos de estado (AIE), expressão cunhada e conceituada por Althusser (1980, p. 43). "Designamos por Aparelhos Ideológicos de Estado um certo número de realidades que se apresentam ao observador imediato sob a forma de instituições distintas e especializadas." Na lista dos aparelhos ideológicos de estado, o autor elenca os de cunho religioso, escolar, familiar, jurídico, político, de informação (imprensa), sindical e cultural.

Os aparelhos ideológicos de estado seriam, objetivamente falando, o correspondente aos mecanismos relacionados à materialidade concreta da instância ideológica. Vale ressaltar que o conceito de ideologia em Pêcheux parte de uma reflexão sobre o chamado materialismo histórico. O filósofo afirma que "[...] os "objetos" ideológicos são sempre fornecidos ao mesmo tempo que a "maneira de servir deles" – seu "sentido", isto é, sua orientação, ou seja, os interesses de classe aos quais ele servem - , o que se pode comentar dizendo que as ideologias práticas são práticas de classes (luta de classes) na Ideologia." (PÊCHEUX, 2014, p.132);

Assim, pode-se afirmar que o discurso reivindica a ideologia que, por sua vez, reivindica a língua. Orlandi (2015) afirma que a língua faz sentido a partir da relação sujeito, discurso e ideologia.

Partindo da ideia de que a materialidade específica da ideologia é o discurso e a materialidade específica do discurso é a língua, trabalha a relação língua-discurso-ideologia. Essa relação se complementa com o fato de que, como diz M. Pêcheux (1975), não há discurso sem sujeito e não há sujeito sem ideologia: o indivíduo é interpelado em sujeito pela ideologia e é assim que a língua faz sentido. (ORLANDI, 2015, p. 15)

A partir da relação língua-discurso-ideologia é que os efeitos de sentido significam e também se resignificam, mas não pertencem a um dispositivo específico. Eles estão à deriva e conectam-se aos textos a partir do descortinamento dessas relações. Os efeitos de sentido são captados por quem interpreta o discurso e não são absolutos. Os sentidos geram efeitos conforme a leitura do analista e suas relações, mais ou menos estáveis, com os aspectos que interagem com o discurso, por isso não se deve considerar o jogo das intenções, o ponto de partida para a apreensão dos possíveis efeitos de sentido.

Nesse processo, vale abordar o papel do sujeito do discurso, não enquanto autor do texto a ter os sentidos captados, mas enquanto voz que fala a partir de muitas vozes, em um tom polifônico. O sujeito do discurso não é um indivíduo, mas uma entidade que se expressa de forma contraditória no discurso. Contraditória porque, ao mesmo tempo em que o sujeito do discurso é livre é, também, submisso. Livre porque diz o que quer, o que pensa e se acha único detentor de tais dizeres. Submisso porque o que diz é a resignificação de outros dizeres, ou seja, o sujeito diz o que diz porque é atravessado pela história, porque assim lhe é permitido, em uma operação de assujeitamento. Isso significa afirmar que o que o sujeito diz não é novo em conteúdo e o faz porque assume posicionamentos ideológicos perpassados pela história.

Maingueneau (2005), ao tratar do discurso, discorre a respeito de três aspectos importantes: o universo, o campo e o espaço discursivos. O linguista francês define como universo discursivo o "[...] conjunto de formações discursivas de todos os tipos que

interagem numa conjuntura dada. Este universo discursivo constitui necessariamente um conjunto finito, mesmo que não possa ser apreendido em sua globalidade.” (MAINGUENEAU, 2005, p. 35).

Por campo discursivo, ele entende o “[...] conjunto de formações discursivas que se encontram em concorrência, delimitam-se reciprocamente em uma região determinada do universo discursivo.” (MAINGUENEAU, 2005, p. 35). Já o espaço discursivo pode ser entendido como o recorte temático ou segmental de um campo. “Pode-se tratar do campo político, filosófico, dramatúrgico, gramatical” entre outros (MAINGUENEAU, 2005, p. 36). Ele afirma que é no campo que o discurso se constitui “[...] e fazemos a hipótese de que essa constituição pode deixar-se descrever em termos de operações regulares sobre formações discursivas já existentes. O que não significa, entretanto, que um discurso se constitua da mesma forma com *todos* os discursos desse campo;” (MAINGUENEAU, 2005, p. 36).

A partir da definição de campo discursivo proposta pelo linguista – mais especificamente o campo político – é que este trabalho reflete sobre seu objeto, o politicamente correto tomado como espaço discursivo. Nesse contexto, o objetivo é analisar quatro charges que abordam o tema: sendo duas referentes ao comportamento politicamente correto e duas que abordam a linguagem praticada nesse contexto.

O aporte teórico utilizado é a Análise de Discurso (AD), de orientação francesa (Pêcheux e Maingueneau), e o objetivo principal é analisar os efeitos de sentido nos discursos chárgicos, cuja temática esteja relacionada ao aspecto do que se entende, considerando a condição de produção, por politicamente correto.

## 2 POLITICAMENTE CORRETO: CONTEXTUALIZAÇÃO DO OBJETO

O comportamento politicamente correto surgiu nos Estados Unidos, no início da segunda metade do século XX, como fruto do movimento de defesa dos direitos civis, potencializado pelo preconceito racial na sociedade norte-americana. Foi no final do século passado e no começo dos anos 2000 que esse comportamento conquistou adeptos no Brasil.

O politicamente correto defende uma postura, uma atitude de respeito ao outro nas relações sociais, como forma de reduzir o preconceito, inicialmente, contra os negros. Esse movimento expandiu-se chegando a outros segmentos, como pessoas com deficiência, homossexuais, mulheres, indígenas e moradores de rua.

Esse movimento também chegou à linguagem, propondo a mudança de unidades lexicais como forma de reduzir o preconceito e a discriminação. No Brasil, o auge desse processo foi em 2004, com a cartilha *Politicamente Correto & Direitos Humanos*, editada pela Secretaria Especial dos Direitos Humanos, vinculada à Presidência da República.

O documento propõe a substituição de palavras com carga semântica pejorativa/negativa por outras consideradas não agressivas, ou seja, mais suaves e amenas. Cipriano (2004), em cartilha sobre a linguagem politicamente correta, afirma que o objetivo é fomentar a reflexão sobre o tema.

Não queremos promover discriminações às avessas, ‘dourando a pílula’ para escamotear a amargura dos termos que ofendem, insultam, menosprezam e inferiorizam os semelhantes que consideramos “os outros”. Ao contrário, neste glossário, apresentamos em primeiro lugar justamente as expressões pejorativas, para depois comentá-las. Com ele, queremos incentivar o debate, fomentar a reflexão, inclusive pela razão simples de que, para alguns de nossos interlocutores, nós é que somos os “diferentes”. (CIPRIANO, 2004, p.3)

Valente (2002) chega a usar o eufemismo como sinônimo para a linguagem politicamente correta. O pesquisador analisa produções textuais jornalísticas e, em um exemplo, discorre sobre os termos “emergente” para “país atrasado” e “excluído” para “país miserável”, considerando essas trocas um ato de eufemismo.

Até a primeira metade do século [passado], quando ainda não se carecia de eufemismos, nesta área – ou, caso prefira, de linguagem politicamente correta – os países eram simplesmente ricos e pobres, quando não metrópoles e colônias. Com a adoção do conceito de ‘desenvolvimento’, depois da II Guerra, passaram a ser ‘desenvolvidos’ e ‘subdesenvolvidos’. Mais adiante, para não achincalhar a todos, indistintamente, com a pecha infame de subdesenvolvido, premiaram-se os melhores com o gentil “em desenvolvimento”. (VALENTE, 2002, p. 331)

O professor e pesquisador Sírio Possenti (2009, p. 35) reconhece que a linguagem politicamente correta consiste em um “[...] movimento confuso, com altos e baixos, que comporta algumas teses relevantes, outras extremamente discutíveis e ainda outras francamente risíveis.” Ele defende que, embora a discussão pareça essencialmente política, o que ocorre externamente à língua é bastante relevante para os estudos da linguagem: “O que quer que se diga em relação aos efeitos políticos, no entanto, estamos diante de um movimento que já produziu fatos discursivos que não podem deixar de ser analisados, independentemente da sua durabilidade histórica e da solidez das teses que os justificam.” (POSSENTI, 2009, p. 35).

O politicamente correto, na dimensão do comportamento ou da linguagem, é um fato histórico que merece a atenção dos pesquisadores de diferentes áreas. Zanardi (2016) afirma que a linguagem politicamente correta (LPC) não é uma instituição nem um órgão público, muito menos faz parte de um marco regulatório legislativo. A LPC integra recomendações de movimentos que atuam na defesa dos direitos humanos. Zanardi (2016) afirma que a LPC está mais para uma atitude, que pode ser individual ou adotada de forma coletiva por segmentos sociais.

Como se apresenta, a linguagem politicamente correta é um projeto que tem muitos méritos, mas este não é um tema que se esgota facilmente porque muitos vieses podem ser mobilizados para explicar causas e consequências; buscando-se a aprovação ou a reprovação da proposta. O desafio está posto e o sentido da palavra é um instrumento essencial nessa jornada, partindo da formação discursiva e da formação ideológica que mobilizam, para tanto, a história e o sujeito do discurso. (ZANARDI, 2016, p.15)

O futuro da LPC, obviamente, pertence ao futuro, mas no presente, a modalidade do politicamente correto fornece indícios intrigantes que merecem ser investigados, neste artigo específico, do ponto de vista discursivo.

### 3 O CORPUS E OS EFEITOS DE SENTIDO

O *corpus* deste trabalho é composto por quatro charges. As duas primeiras tratam do comportamento politicamente correto e são assinadas pelos artistas Quinho (2011) – Figura 1; e Carranza (2012) – Figura 2. As outras duas charges tratam da linguagem politicamente correta e são assinadas pelos artistas Amarildo (2013) – Figura 3; e Rico (2014) – Figura 4. As charges dos referidos artistas foram publicadas em suas páginas na internet ou em sites noticiosos, conforme fonte disponível nas legendas das imagens.

Há alguns anos, críticas a Monteiro Lobato levaram muitos pesquisadores e educadores a defender a “edição” de livros para que não constassem termos considerados ofensivos aos padrões atuais. A atual condição de produção do discurso politicamente correto pretende ressignificar as condições históricas de produção, ou seja, do período em que os textos foram produzidos. A charge (Imagem 1), assinada por Quinho, mostra um diretor de elenco anunciando a troca dos personagens da obra *Sítio do Pica Pau Amarelo*, de Monteiro Lobato.



Imagem 1: charge de Quinho

Fonte: Ribeiro (2011)

A tia Nastácia, negra e gorda, seria substituída pela loira e magra Angélica. O Saci ganharia uma prótese. Quindim, o rinoceronte, seria mandado para o zoológico. Narizinho faria uma cirurgia plástica no nariz. Os traços constitutivos neste discurso são majoritariamente políticos, a partir de uma tomada de consciência individual, que repercute – enquanto ação – na coletividade.

Um efeito de sentido possível, presente no discurso chágico, é o da censura, promovida pela proibição da atuação dos personagens tradicionais, substituídos por outros, considerados mais adequados para os tempos atuais. Esse efeito de sentido leva a outro, o da crítica aos excessos do comportamento politicamente correto que julga, reprovava e condena determinadas condutas, fora do círculo do que deve ser correto.

Além disso, os efeitos de sentido produzidos pelo discurso passam pela proteção a grupos considerados estigmatizados, ou seja, tenta-se proteger a imagem desses grupos, alvo de piadas e zombaria, para reduzir o preconceito que leva à discriminação. O politicamente correto, enquanto atitude política, objetiva interferir nas relações sociais que refletem desequilíbrio na correlação de forças entre segmentos sociais: brancos e negros, pessoas com deficiência e pessoas sem deficiência, proteção aos animais, entre outros. Esses grupos são protegidos pelo politicamente correto, que – enquanto comportamento – sugere a substituição de situações estigmatizadas por situações mais amenas e suaves, incluindo a linguagem com a troca de vocabulário usado nesse contexto.

A análise da Figura 1 pode sugerir, também, um elogio ao comportamento politicamente correto, mas, ao examinar os efeitos de sentido do discurso do personagem na charge – o diretor de elenco –, é possível, também, aferir uma crítica vigorosa à proposta: a troca de personagens considerados estigmatizados não reduz a discriminação seja racial ou contra a pessoa com deficiência. Vale ressaltar que o gênero charge – com sua estrutura e funcionalidade – remete a possibilidades diversas, ou seja, o sentido que inspira é variado e depende também do processo de interpretação dos envolvidos.

Na referida charge, os personagens – alvo do politicamente correto – mostram-se assustados com tal medida como se não entendessem a iniciativa do diretor de elenco. Esse estranhamento pode ser explicado a partir das condições de produção atuais, condições essas bem diferentes daquelas em que história e os personagens foram criados.

Um gesto de interpretação possível é refletir sobre a ironia que se faz presente nesse discurso, como se somente um sentido fosse, além de correto, fixo. Pensando por esse viés, somente o chamado “politicamente correto” (conceito surgido na atualidade) poderia ser considerado e a história, conseqüentemente, apagada, por isso nada de personagens representantes da cultura afro ou com deficiências físicas aparentes. Assim, o politicamente correto assume um sentido limitador podendo, inclusive, traduzir uma cegueira ideológica: se não atende aos padrões do que é tido como politicamente correto, na atualidade, deve ser retirado de cena.

Daí a necessidade de se recorrer à história para compreender esse efeito de sentido, que integra o processo de formação discursiva em questão. A obra *Sítio do Pica Pau Amarelo* foi escrita por Lobato, em vários volumes, entre as décadas de 1920 e 1940, ou seja, na primeira metade do século passado. Assim, faz-se necessário pensar em um período no qual as relações sociais eram muito diferentes das atuais.

O combate ao racismo e ao preconceito de qualquer ordem era incipiente e a ordem natural era a discriminação por cor, raça, aparência física. A colonização de várias partes do Brasil não incluía preservação ambiental e o desmatamento e a caça eram práticas comuns e, em alguns casos, necessárias para o tão desejado progresso e desenvolvimento da nação. A proteção a árvores e animais em reservas, com proibição da caça e pesca, veio a ocorrer, por força da legislação, muitas décadas mais tarde.

No que tange à formação discursiva, hoje, é perfeitamente possível pensar numa formulação (em regras de dizeres) que preveja colocações, como preservação, não discriminação de forma mais clara e efetiva nos discursos. Para Foucault (2002, p. 99), a função de uma formação discursiva: “[...] pertence, exclusivamente aos signos, e a partir da qual se pode decidir, em seguida, pela análise ou pela intuição, se eles ‘fazem sentido’ ou não, segundo que regra se sucedem ou se justapõem, de que são signos, e que espécie de ato se encontra realizado por sua formulação (oral ou escrita).”

Vale dizer que uma dada formação discursiva contribui para a inscrição do sentido, considerando também as condições de produção, a partir dos signos existentes. A função do signo linguístico “politicamente correto” não faz sentido às personagens de Monteiro Lobato por não terem existido em sua época. Assim, o politicamente correto – que encontra eco nos dias atuais – passou a ser visível por ter sido submetido a um processo de formação discursiva (o que pode, o que é dito), com signos específicos que favoreceram os sentidos a partir da ideologia: “[...] a objetividade material da instância ideológica é caracterizada pela estrutura de desigualdade-subordinação do “todo complexo com o dominante” das formações ideológicas de uma formação dada, estrutura que não é senão a da contradição reprodução/transformação que constitui a luta ideológica de classes.” (PÊCHEUX, 2014, p.134).

A crítica, como efeito de sentido, também pode ser observada na charge de Carranza (Imagem 2). A tradição manda que no Natal haja troca de presentes, mesmo que a data seja algo maior que o comércio, como a comemoração do nascimento de Jesus Cristo, na tradição judaico-cristã, o salvador do mundo. No entanto, o garotinho da charge não terá Papai Noel porque sua mãe, adepta do comportamento politicamente correto, é contra a domesticação das renas. Ela acusa Papai Noel de domesticar os animais selvagens, o que é crime, pela legislação. A crítica é feita a partir da ironia, que pode ser compreendida como uma não-verdade. “O sujeito-irônico prefere – por uma razão ou outra – enunciar algo por meio de uma não-verdade [...] Quando inserida na comunicação, a ironia faz parte de um jogo lúcido, jogo de gato e rato – por vezes cruel – entre os sujeitos da comunicação.” (MACHADO, 2014, p. 117).



Imagem 2: charge de Carranza

Fonte: Carranza (2012)

Outro efeito de sentido possível do discurso, cujo traço constitutivo majoritário também é o político, é o exagero, o excesso. A mãe rompe uma tradição natalina, fazendo o filho chorar, em nome de um comportamento. O exagero na crítica torna-se uma espécie de contra-ataque ao excesso do próprio comportamento determinado pelo politicamente correto. O grande dispositivo que produz

o efeito de humor está justamente nesse exagero, nessa espécie de fanatismo político que promove uma ruptura e, conseqüentemente, propicia o caráter cômico da charge.

Além de propor mudanças na atitude pessoal ou coletiva, o politicamente correto propõe a troca de termos considerados pejorativos por outros que suavizem as situações e que podem fornecer, inclusive, *status* a quem se referem. A Imagem 3, de autoria de Amarildo, por exemplo, mostra um homem afirmando que “o filho do vizinho é uma bichona”, mas quando se trata da sua vida, “o meu filho é homossexual”.



**Imagem 3:** charge de Amarildo

**Fonte:** Amarildo (2013)

Do termo “bichona” emergem sentidos ligados à depravação sexual, ao comportamento promíscuo reprovado moral e socialmente. O seu uso sugere, a partir do discurso, efeitos de sentidos negativos, depreciativos. Já do termo “homossexual”, afloram sentidos ligados ao cidadão com orientação sexual não padrão, que reivindica direitos básicos para o exercício pleno da sua cidadania. Esse item lexical remete a um discurso no qual o cidadão e sua orientação sexual devem ser respeitados.

O efeito de sentido criado pelo discurso – também de ordem política – revela duas dimensões do politicamente correto: uma que pode ser descrita como sendo “incorreto para o outro”; e outra que pode ser “correto para mim”. Se a situação é a mesma (a homossexualidade), por que atitudes diferentes? A bichona do “filho do vizinho” e o homossexual “para meu filho” revelam posições discursivas na qual se ataca o outro, mas se protege quando o tema lhe diz respeito. Aqui se desnuda o posicionamento ideológico do sujeito, que varia conforme os envolvidos. O caráter eufemístico da linguagem politicamente correta evidencia-se aqui de forma significativa traduzindo os níveis de hipocrisia que uma sociedade pode revelar, dependendo da temática em questão.

Segundo o Novo Dicionário Aurélio, da Editora Nova Fronteira, na primeira edição dos anos 1970, eufemismo “[...] é o ato de suavizar a expressão duma idéia substituindo a palavra ou expressão própria por outra mais agradável, mais polida”. (FERREIRA, 1975, p.592) Pode-se deduzir que o termo “bichona” é capaz de ferir, por isso, o personagem atenua quando isso lhe diz respeito, suavizando a expressão quando a substitui por “homossexual”. Se a linguagem politicamente correta pode ser usada pelas pessoas quando elas sentem que o efeito de sentido do discurso pode machucar aqueles de quem gosta, por que não usar esse mesmo mecanismo com o outro, um desconhecido, por exemplo?

O mesmo ocorre com a personagem da presidente Dilma que usa o termo “privatização” quando se trata das ações dos seus opositores e “partilha” para as ações de seu governo e de seu partido. Isso ocorre porque a formação discursiva de ambos permite um dizer e não outro, o que revela também as formações ideológicas, sejam individuais, sejam de um determinado grupo (no caso, partidos políticos). Partilha aqui também poderia ser substituída por “concessão”. Em que pese privatização e partilha serem figuras

jurídicas diferentes, o fato é que a linguagem politicamente correta acrescenta novos significados à carga semântica original, resignificando-as. Esse recurso recorre obrigatoriamente ao processo ideológico que ocorre no interior da linguagem.

Possenti e Baronas (2006) concordam que debater e analisar o movimento politicamente correto é fazê-lo, em vários momentos, a partir do funcionamento ideológico da linguagem, “[...] já que é mais provavelmente a existência dos preconceitos que produz aqueles efeitos de sentido, embora não se possa desprezar o fato de que o discurso pode servir para realimentar as condições sociais que dão suporte às ideologias e aos próprios discursos. A hipótese das palavras “puras” é certamente ingênua.” (POSSENTI; BARONAS, 2006, p. 69).

Para Britto (2004), a ideologia é ainda mais eficiente e determinante, e até mesmo violenta, nos lugares onde ela não é percebida facilmente “[...] porque é exatamente nesta situação que não é possível nenhum discurso contra-ideológico.” (BRITTO, 2004, p. 137). É por isso que “[...] as palavras são tecidas a partir de uma multidão de fios ideológicos e servem de trama a todas as relações sociais em todos os domínios”. (BAKHTIN apud BRITTO, 2004, p. 135)

O processo ideológico assumido pelas palavras, no funcionamento da linguagem, pode ser evidenciado, também, na Imagem 4, de autoria do cartunista Rico. Em uma discussão entre duas pessoas, os ânimos quase chegam ao confronto físico. O primeiro, aos berros, xinga: “Seu... seu... burro”. Ao que o segundo, de dedo em riste, o corrige “Burro, não. Mamífero solípede, por favor”. Aqui deve ser associado o discurso imagético que confere ao “burro” uma burrice tão significativa, que é representado em forma animal e não humana.



Imagem 4: charge de Rico

Fonte: Rico (2014)

Como efeito de sentido está o fato de o segundo personagem se achar burro a ponto de, politicamente correto, preferir o termo “mamífero solípede”. Afinal o problema não é ter a capacidade intelectual reduzida, ou seja, pouca inteligência, mas ser classificado como burro, o que social e historicamente é considerado extremamente ofensivo. A troca da palavra – por questões ideológicas – não muda o fato em si (a burrice), mas ameniza o rótulo de burro que causa tanto mal estar.

O caráter ideológico não pode ser desassociado da produção da linguagem politicamente correta. O conceito de ideologia aqui é tomado como o processo de produção de sentidos, por meio de signos, que expressam certa realidade. Esse conceito encontra respaldo em Bakhtin (2006), para quem: “Cada signo ideológico não é apenas um reflexo, uma sombra da realidade, mas também um fragmento material dessa realidade. [...] Um signo é um fenômeno do mundo exterior. O próprio signo e todos os seus efeitos (todas as suas ações, reações e novos signos que ele gera no meio social circundante) aparecem na experiência exterior.” (BAKHTIN, 2006, p. 31).

Fiorin (2008) destaca que existem dois aspectos usados pelos defensores da linguagem politicamente correta que contrariam – para ele – o funcionamento da linguagem e que, desta forma, tornam-se irrelevantes para a defesa da proposta. O primeiro aspecto é

supor que uma expressão isolada seja carregada de sentido e apreciação social. “Na verdade, um termo funciona num discurso e não isoladamente. Por isso, nem todos os usos do vocábulo *negro* com valor negativo denotam racismo.” (FIORIN, 2008). O segundo aspecto relaciona-se à etimologia, ou seja, ao estudo da origem e da evolução das palavras. Fiorin lembra que a palavra etimologia é constituída de dois termos gregos que querem dizer “estudo do sentido verdadeiro”.

Ele surgiu num período em que se acreditava que a história era decadência, o que, na linguagem, significava que a evolução das línguas era uma degradação. Por isso, o sentido original era o sentido verdadeiro. Veja-se bem o substrato ideológico da busca de etimologias que foram esquecidas na marcha da história. Lembrá-las significa considerar que a história é decadência. (FIORIN, 2008)

O professor também afirma que há etimologia falsa e cita como exemplo o termo *history*, da língua inglesa: “Há o pronome masculino *his*, porque a história reflete o ponto de vista dos homens, falseia-se completamente a origem dessa palavra, pois a raiz indo-européia que deu origem a essa palavra é *-weid*, que indica a visão, que serve ao conhecimento.” (FIORIN, 2008).

A defesa da origem da palavra (etimologia) para explicar seu sentido original e a afirmação que isso afetaria o funcionamento da linguagem, para recusar a proposta da linguagem politicamente correta, não explicam toda a complexidade do tema, exatamente porque o sentido pretendido não está associado diretamente ao significado original da palavra, mas ao seu uso linguístico, seja no texto ou na fala. O sentido – a partir do discurso – é conferido em um processo histórico-social, de forma exterior à língua, e ligado à chamada formação discursiva e em sua inter-relação com a ideologia.

Nesse sentido, mesmo que a palavra negro – no exemplo citado por Fiorin – não tenha origem negativa, seu uso é associado – na maioria das vezes – a um sentido pejorativo, como pode ser verificado em expressões como lista negra, mercado negro, ovelha negra, nuvem negra e em tantos outros.

Para tanto, substituir a palavra *negro* nas expressões citadas não acarretaria prejuízo semântico porque os novos termos buscariam novos efeitos de sentido, mas essa atitude eliminaria das expressões (que também fazem parte da formação discursiva e ideológica) associações do negro ao ruim, à desgraça, ou seja, a exclusão deixaria de associar discursivamente sentidos pejorativos ao negro, enquanto cor e raça.

Nesse caso, lista negra pode ser lista de defetos; mercado negro, mercado paralelo ou mercado ilegal; ovelha negra, ovelha desgarrada (ou, metaforicamente, uma pessoa de personalidade muito forte ou mesmo teimosa); nuvem negra, nuvem carregada.

Aqui vale uma ressalva importante. A proposta da linguagem politicamente correta é mudar as expressões a partir de seu uso cotidiano, a partir das situações conforme sua ocorrência, seu uso. Não se trata de propor a alteração de expressões consolidadas em publicações como as de Monteiro Lobato e tantos outros. Quando foram usados, esses termos integravam o processo de formação discursiva e formação ideológica, revelando, assim, as condições de produção da época e é exatamente essa dinâmica que possui valor para os estudos do texto e do discurso, afinal uma das principais características do discurso é, justamente, ser movente.

#### 4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O traço discursivo constitutivo predominante no *corpus* analisado é o político, a partir de uma atitude individual e/ou coletiva que gera efeitos de sentido diversos. Assim, podemos considerar no conjunto da análise que: i) o comportamento politicamente correto pressupõe um posicionamento ideológico que se descortina a partir de atitudes pessoais/coletivas ou pela substituição de termos linguísticos; ii) o comportamento politicamente correto que aponta exageros também comete excessos quando pretende regular a atitude comportamental ou linguística; iii) o politicamente correto passou a ser visível por ter sido submetido a um processo de formação discursiva, a partir da relação sujeito-história-ideologia; iv) a troca de palavras consideradas negativas não elimina o preconceito nem reduz a discriminação a grupos considerados vulneráveis; v) se por um lado, a troca desses termos não elimina o

preconceito, por outro a sua manutenção mantém um sentido negativo que pode perpetuar o preconceito; vi) a linguagem politicamente correta, que tem como mecanismo o eufemismo, revela um comportamento seletivamente correto quando se refere "a mim" e "ao outro".

A linguagem é viva, dinâmica e as palavras assumem significados diferentes conforme sua época, independentemente da sua etimologia. Isso significa afirmar que o sentido também é definido pelo usuário da língua, a partir do uso.

A mera substituição de termos considerados pejorativos ou estigmatizantes, por outros mais suaves ou amenos, pode não reduzir ou eliminar o preconceito contra os segmentos em questão. No entanto, deve-se considerar que o uso de termos pejorativos também tende a promover a manutenção do preconceito embutido ideologicamente na palavra e, assim, a manutenção desse preconceito também contribui para que os segmentos continuem estigmatizados.

Não é a determinação de um termo (a materialidade linguística), considerado politicamente correto, em detrimento de outro que não o seja, ou, ainda, a intenção do locutor que vai mudar as opiniões e os posicionamentos assumidos. Antes de mais nada é preciso atentar para um outro tipo de determinação ou atravessamentos: o histórico-social. Os sujeitos são constituídos e, ao mesmo tempo, atravessados pelo sócio-histórico. Dentro de todo esse dinamismo e movência discursiva, encontra-se um sujeito determinado por uma série de aspectos, dentre os quais podemos citar as condições de produção, a ideologia, a formação discursiva e a própria história.

## REFERÊNCIAS

ALTHUSSER, L. *Ideologia e aparelhos ideológicos de Estado*. Lisboa: Editorial Presença, Martins Fontes, 1980.

AMARILDO. *Conceitos e preconceitos*. 2013. Disponível em: < <https://amarildocharge.wordpress.com/2013/10/23/conceitos-e-preconceitos/>>. Acesso em: 25 jan. 2016.

BAKHTIN, M. *Marxismo e filosofia da linguagem*. 12. ed. São Paulo: Hucitec, 2006.

BRITTO, L. P. L. Língua e ideologia: a reprodução do preconceito. In: BAGNO, Marcos (Org.). *Linguística da norma*. 2. ed. São Paulo: Edições Loyola, 2004. p. 135-154.

CARRANZA. *O natal politicamente correto*. 2012. Disponível em: < <https://abobrinhaecia.wordpress.com/2012/12/26/o-natal-politicamente-correto/>>. Acesso em 25 jan. 2016.

CIPRIANO, P. *Politicamente correto & direitos humanos*. Brasília: Secretaria Especial dos Direitos Humanos, 2004. Disponível em: <[http://www.dhnet.org.br/dados/cartilhas/a\\_pdf\\_dht/cartilha\\_politicamente\\_correto.pdf](http://www.dhnet.org.br/dados/cartilhas/a_pdf_dht/cartilha_politicamente_correto.pdf)>. Acesso em 15 fev. 2016.

FERREIRA, A. B. de H. *Novo Dicionário Aurélio*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1975.

FIORIN, J. A linguagem politicamente correta. *Linguagem*, São Paulo, v. 1, p. 1-4, 2008. Disponível em: <[http://www.letras.ufscar.br/linguasagem/edicao01/artigos\\_alinguagempoliticamentecorreta.htm](http://www.letras.ufscar.br/linguasagem/edicao01/artigos_alinguagempoliticamentecorreta.htm)>. Acesso em: 30 jan. 2016.

FOUCAULT, M. *A ordem do discurso*. 3.ed. São Paulo: Edições Loyola, 1996.

\_\_\_\_\_. *A arqueologia do saber*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2002.

MACHADO, I. L. A ironia como estratégia comunicativa e argumentativa. *Bakhtiniana*, São Paulo, n. 9, p. 10-128, jan./jul. 2014. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/bak/v9n1/08.pdf>>. Acesso em: 25 nov. 2016.

MAINGUENEAU, D. *Gênese dos discursos*. Tradução de Sírio Possenti. Curitiba/PR: Criar Edições, 2005.

ORLANDI, E. *Análise de discurso: princípios e procedimentos*. 12. ed. Campinas/SP: Pontes Editores, 2015.

PÊCHEUX, M. *Semântica e discurso: uma crítica à afirmação do óbvio*. Tradução de Eni Orlandi et al. 5. ed. Campinas (SP): Editora da Unicamp, 2014.

POSSENTI, S. *Os limites do discurso: ensaios sobre discurso e sujeito*. São Paulo: Parábola Editorial, 2009.

\_\_\_\_\_; BARONAS, R. L. A linguagem politicamente correta no Brasil: uma língua de madeira? *Polifonias*, Cuiabá, v. 12, n. 2, p. 47-72, 2006. Disponível em: <<http://periodicoscientificos.ufmt.br/ojs/index.php/polifonia/article/view/1070/842>>. Acesso em: 15 jan. 2016.

QUINHO. *Monteiro Lobato politicamente correto*. 2011. Disponível em: <<http://miltonribeiro.sul21.com.br/2011/10/04/anotacao-sobre-a-defesa-do-politicamente-correto/>>. Acesso em 25 jan. 2016.

RIBEIRO, M. Anotação sobre a defesa do politicamente correto. *Milton Ribeiro [blog]*. Disponível em: <<http://miltonribeiro.sul21.com.br/2011/10/04/anotacao-sobre-a-defesa-do-politicamente-correto/>>. Acesso em: 25 jan. 2016.

RICO. *Politicamente correto*. 2014. Disponível em: <<http://ricostudio.blogspot.com.br/2014/08/politicamente-correto.html>>. Acesso em: 25 jan. 2016.

VALENTE, A. Texto pra que te quero. In: BASTOS, Neusa Barbosa (Org.). *Língua portuguesa: uma visão em mosaico*. São Paulo: EDUC, 2002. p. 327-336.

ZANARDI, R. C. A palavra na produção de sentidos: uma reflexão discursiva sobre a linguagem politicamente correta. In: SIMPÓSIO INTERNACIONAL SOBRE ANÁLISE DE DISCURSO, 4., 2016, Belo Horizonte. *Anais...* Belo Horizonte: NAD/FALE/UFMG, 2016. p.1-16. Disponível em: <[http://docs.wixstatic.com/ugd/0bea23\\_cc0d9952bc3e4af0bdbf9acc99f4cab1.pdf](http://docs.wixstatic.com/ugd/0bea23_cc0d9952bc3e4af0bdbf9acc99f4cab1.pdf)>. Acesso em 10 dez. 2016.